

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( PÔSTER )

NOME: ANA CLÁUDIA FERREIRA GODINHO

TÍTULO: A EJA NO BRASIL HOJE: (AINDA) A AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA PERENE DE ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS

AUTORES: ANA CLÁUDIA FERREIRA GODINHO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PIBIC/UEMG/CNPq

PALAVRA CHAVE: EJA; políticas públicas; Brasil.

## RESUMO

A problematização deste estudo, de caráter exploratório, foi construída a partir da identificação de políticas públicas de EJA nestes primeiros anos do século XX. Com base em documentos legais do Ministério da Educação (MEC), realizamos a análise documental de projetos e programas implementados pelo governo federal. Para analisar os dados obtidos, buscamos subsídio na análise de conteúdo, conforme orientações de Bardin (2009) e de Bauer e Gaskell (2002). Como aporte teórico deste estudo, buscamos em estudiosos do campo teórico da EJA, conceitos importantes para a compreensão desta modalidade educacional, tais como: trabalho, emancipação, saberes populares ou saberes da experiência feita (FREIRE, 1992), entre outros. Além disso, retomamos as considerações de Haddad & DiPierro (2000), Ribeiro et al (2005), Castro & Machado (2012), que analisam políticas brasileiras ao longo da história da EJA no país. Esse resgate auxilia a identificação desta ausência, que destacamos desde o título deste texto, de uma política perene de elevação de escolaridade da população jovem e adulta. Os resultados indicam a permanência de políticas de governo, sujeitas às prioridades deste ou daquele partido político no que concerne ao fomento de políticas sociais. Há, nesse sentido, um recuo na conquista do direito à educação, haja vista que, embora o acesso à educação escolar não tenha sido universalizado, programas de EJA como o PROEJA, por exemplo, vem dando lugar a políticas focais de qualificação profissional, dissociadas da elevação de escolaridade. Este é o caso do PRONATEC. O incentivo à criação de cursos deste programa nos IFs através de bolsas para docentes e estudantes, que ocorre no referido programa, não acontece no PROEJA. A consequência óbvia é a redução de turmas deste programa e a adesão dos campi somente ao PRONATEC. Soma-se a este cenário, a morosidade dos órgãos responsáveis pelo fomento de programas e projetos de extensão universitária, como o MEC e o CNPq. Lançam-se editais, aprovam-se projetos, mas os recursos não são liberados. É o que atualmente vivemos em relação ao PAEx, PROExt e edital universal do CNPq, todos com atraso seja na divulgação dos resultados, seja na liberação do recurso de projetos aprovados. Esta política de retenção de recursos públicos acaba impedindo a consolidação da extensão como um instrumento de garantia do direito à educação. Embora o MEC proponha que a universidade assuma a oferta de EJA (como foi sugerido recentemente por uma representante do MEC, numa das mesas redondas da Semana UEMG), o órgão inviabiliza a própria proposição ao trancar os recursos públicos aprovados em editais de 2012 e 2013. De modo geral, estes aspectos são responsáveis pela permanência da EJA numa condição bastante conhecida, infelizmente: de atrelamento a políticas de governo, sem continuidade. Essa situação reafirma a necessidade de consolidação deste campo educacional através de políticas públicas perenes, sem atrelamento às concepções e prioridades de cada governo.